

## COLUNA DO CASTELLO ■ MARCELO PONTES

# O batismo de fogo do presidente

As manifestações ocorridas ontem no Rio lembram, em primeiro lugar, que democracia não serve apenas para fazer reformas. Serve também para protestar. Em segundo lugar, que um presidente que prometeu mexer em vespéiros iria um dia encontrar as vespas nas ruas. Em terceiro lugar, que a Casa Militar da Presidência da República ainda não aprendeu a proteger o presidente.

Qualquer um tem o direito de protestar, mas a Casa Militar, encarregada da segurança do presidente, tem o dever, a obrigação de evitar que ele fique exposto a grandes riscos. Pode-se dizer que os incidentes de ontem ocorreram longe do presidente, mas não se pode negar que a multidão de manifestantes, desde o início, estava muito perto dele. E isso não pode ocorrer, e não ocorre em país sério.

O espírito democrático do presidente e a experiência que tem do outro lado do cordão de isolamento, como professor que se juntava ou se solidarizava com os estudantes nas manifestações contra a ditadura militar no Brasil ou nas passeatas de maio de 1968 na França — Daniel Cohn-Bendit, o líder das passeatas, foi seu aluno —, o encorajariam a atravessar multidões de manifestantes.

Mas o batismo de fogo de ontem revela que ao mexer em tantos interesses com as suas reformas o presidente não pode confiar mais apenas na lenda de seus 34 milhões de votos. Tem que se proteger, e ser protegido. As minorias estão vivas, e às vezes são intolerantes, como foram ontem, desafiando e enfrentando o Exército.

Pode alguém alegar que os incidentes começaram com o ataque dos policiais do Exército aos manifestantes. Se o presidente já tinha ido embora, não havia razão para dispersar a multidão com bombas de gás. Mas não falta quem, do lado do Exército, alegue que os soldados foram agredidos primeiro. Não leva a lugar nenhum discutir quem começou primeiro. A verdade é que, na hora em que se encontram cara a cara manifestantes de partidos e corporações aguerridas com soldados parrudos treinados exatamente para distribuir pancada, alguém sai apanhando.

O erro dos homens de segurança do presidente foi o de não ter montado um esquema de isolamento adequado que impedisse que os manifestantes chegassem tão perto dele. Algo pior poderia ter acontecido. Não se pode ignorar que daqui para a frente a guerra das reformas é para valer, e o alvo principal de todos os protestos será sempre o presidente da República.

Ontem apareceram grupos pequenos mas variados de categorias atingidas pelas reformas. Representavam tanto empresas estatais condenadas à privatização como universidades acuadas pelo exame de aferição de sua competência. Mesmo pequenos, esses grupos têm grande capacidade de mobilização. Há algum tempo vêm fazendo enorme barulho no Brasil.

Eles ousam remar contra a maré. São os mesmos que dão pontapé em traseiro de investidores na porta das Bolsas de Valores, no dia de venda das estatais. Gritam que estão defendendo o patrimônio nacional, mas não conseguem defender-se da suspeita de que, no fundo, defendem apenas os seus próprios interesses.

Não será surpresa se ocorrerem daqui a pouco também grandes passeatas de aposentados, ou de

candidatos à aposentadoria. Este, aliás, é o grande medo de muitos parlamentares — o de enfrentar nos corredores do Congresso multidões de velhinhos contrários às mudanças na Previdência. É isso que faz da reforma da Previdência a mais difícil de todas elas, segundo avaliação muito comum ouvida no Congresso.

E tanto o fantasma da passeata dos velhinhos como as manifestações de ontem nas ruas do Rio marcham em uma só direção: o plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, onde primeiro vão ser votadas as reformas pedidas pelo governo.

Rua é uma coisa, plenário é outra. Mas tanto num como noutro lugar, se não se tomam medidas preventivas de disciplina, a baderna se instala. A Polícia do Exército foi chamada ontem porque não se montou um esquema eficiente na visita do presidente ao Centro Cultural Banco do Brasil.

Da mesma maneira que se deve garantir a plena liberdade de manifestação, dentro das mais sagradas regras do exercício democrático, não se poderá permitir que os deputados e senadores sofram daqui a pouco constrangimentos na hora de votar as reformas. A intolerância começa com a falta de argumentos. Acaba fazendo vítimas. Entre elas, quase sempre, está a democracia.